

# A CRECHE COMUNITÁRIA NA NEBULOSA DA POBREZA

Cristina Almeida Cunha Filgueiras

Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG

---

## RESUMO

O texto analisa os diversos atores presentes no campo do atendimento à infância de zero a seis anos. A partir do estudo das práticas do Movimento de Luta por Creches na região metropolitana de Belo Horizonte, discutem-se: a origem das creches comunitárias, sua relação com o trabalho feminino e com o contexto social e político; o papel das associações de apoio ao Movimento de Luta por Creches; as transformações no significado do direito à creche; a participação dos usuários nas experiências comunitárias; os paradoxos e as ambigüidades da luta por creches para crianças de camadas populares.

CRECHES — TRABALHO FEMININO — POLÍTICAS SOCIAIS — MOVIMENTOS SOCIAIS

## ABSTRACT

THE COMMUNITY NURSERY BLURRED BY POVERTY. The text analyzes the different agents that are present within the field of child assistance, considering children from zero to six years of age. Based on studies of the Movement for Nurseries (Movimento de Luta por Creches) in the metropolitan region of Belo Horizonte, we discuss: the origin of the community nurseries, their relationship with the female work and with the social and political context; the role of the supporting associations to the movement; the changes in the meaning of the right to nursery; the participation of the users within the community experience; paradoxes and ambiguities while fighting for nurseries to lower-class children.

---

\* Este artigo é uma versão modificada de um capítulo da tese de doutorado apresentada em novembro de 1982 à Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris, França), intitulada *L'enjeu des droits sociaux: organisations populaires et politiques sociales au Brésil — études de cas à Belo Horizonte*.

Este texto analisa o atendimento às crianças de zero a seis anos em creches comunitárias nos bairros populares e favelas da região metropolitana de Belo Horizonte no período 1978-1988.

Bairros populares e favelas de Belo Horizonte são o contexto de uma vida precária, onde as melhorias são passageiras e as comodidades raras, e onde há uma história de conflitos e colaboração entre os poderes públicos e as organizações populares. No período analisado, inúmeros programas públicos, também precários, foram aí implementados. No entanto, eles não se realizaram sobre um terreno vazio: muitas intervenções dos poderes públicos encontraram uma realidade já trabalhada pelas organizações populares e com frequência procuraram nelas se apoiar. Por outro lado, todas as atividades propostas, mesmo aquelas criticadas pelo forte caráter assistencialista, eram assumidas pelos grupos populares que nelas viam a possibilidade de acesso aos bens sociais.

“Creche” foi o mais desenvolvido dentre outros temas de reivindicação social durante o período, e o que ganhou dimensão mais expressiva. Trata-se de uma experiência que ultrapassa largamente a assistência restrita às crianças pequenas, para estar no centro da situação social na região: em torno das creches comunitárias, foi criada em Belo Horizonte uma rede formada por grupos, profissionais e projetos de atividades. O Movimento de Luta por Creches (MLPC), que se originou em 1978 da aglutinação de três creches comunitárias, tinha em 1988 setenta creches filiadas. Esse foi um dos poucos movimentos populares que se fortaleceram e adquiriram destacada visibilidade social durante a década.

Vários estudos já foram realizados sobre as creches comunitárias e sobre o Movimento de Luta por Creches em Belo Horizonte (Vieira, Melo, 1987; Dias, Faria Filho, 1990; Sena, 1991). Discutir-se-ão aqui alguns aspectos pouco trabalhados nesses estudos, a saber: a origem das creches comunitárias; o papel das associações de apoio junto ao Movimento de Luta por Creches; o conteúdo atribuído à reivindicação de direito à creche; a fraca participação dos usuários nas mobilizações e na gestão das creches comunitárias; os paradoxos e as ambigüidades das lutas nesse setor. De forma mais ampla serão analisadas as relações entre um movimento de base (o Movimento de Luta por Creches), as associações que o apóiam, os poderes públicos e a população-alvo dessas intervenções sociais.

## **A REINVENÇÃO DO EQUIPAMENTO CRECHE PELAS ORGANIZAÇÕES POPULARES E PELO PODER PÚBLICO**

Inexistindo uma política de creches no Brasil, os poderes públicos deixam ao encargo da sociedade a maior parte das iniciativas. Até a promulgação da Constituição de 1988 não havia sequer uma legislação reconhecendo direitos e definindo responsabilidades nesse campo. Há, entretanto, ações espalhadas

entre várias instituições nas instâncias federais, estaduais e municipais que atingem, de forma precária, uma pequena parcela das crianças. Em sua maioria, tais ações se reduzem a subvenções às creches criadas e mantidas pela população nos bairros periféricos e nas favelas das grandes cidades.

O fato de a população assumir grande parte da responsabilidade no atendimento à infância é uma novidade na história da instituição creche no Brasil. Inicialmente, esse equipamento foi concebido e implementado como parte de projetos filantrópicos com caráter médico-higienista, destinado às camadas populares. Até os anos 70, o Estado brasileiro limitou-se a subvencionar as instituições privadas que atendiam crianças carentes, acreditando assim combater a pobreza e a mortalidade infantil, numa visão compensatória de carências (Vieira, 1988).

Deve-se principalmente às iniciativas populares surgidas no final dos anos 70 a redefinição da creche como um equipamento pedagógico específico e como um direito — e não mais como uma ajuda às famílias consideradas incapazes de se ocupar convenientemente de suas crianças. Entretanto, em razão da carência vivida pela maioria das famílias nos centros urbanos, a creche muitas vezes funciona como equipamento de “mil e uma finalidades”, pois a ela chegam demandas de todo tipo (de saúde, de higiene, de nutrição e de educação).

Nesse contexto, o termo “creche” tomou um sentido particular que não corresponde à definição de “estabelecimento destinado a receber durante o dia as crianças menores de quatro anos”. As instituições evocadas neste texto, criadas por grupos populares e financiadas em parte pelos poderes públicos, não recebem apenas crianças nessa faixa etária. Elas pretendem atender crianças de até seis anos, porém um certo número dentre elas atende também crianças de sete a quatorze anos (nos casos em que estas passam uma parte do dia na escola e outra na creche, onde se alimentam e recebem acompanhamento escolar).

Nos anos 1978-79 foram criadas, na aglomeração de Belo Horizonte e Contagem, de maneira isolada e improvisada, as primeiras experiências comunitárias de guarda de crianças. Tratava-se de iniciativas de mulheres habitando bairros pobres, que a princípio contavam apenas com o apoio dos vizinhos, das mães das crianças e, às vezes, do padre da paróquia mais próxima. As primeiras creches foram o embrião do que mais tarde se tornaria o Movimento de Luta por Creches. Elas começaram a se reunir para trocar informações e experiências e buscar soluções para suas dificuldades. Nesse percurso, conviveram com várias outras experiências de organização popular na região, por exemplo o movimento contra a carestia, as comunidades eclesiais de base, as manifestações do Primeiro de Maio, as greves operárias e o Jornal dos Bairros.

Em doze anos, o MLPC passou da luta pela criação e manutenção das creches comunitárias à luta política pela mudança do quadro jurídico do direito das

crianças à educação e à proteção. Além disso, cada creche deixou de ser apenas um local de guarda de crianças, para tornar-se uma experiência em que se aprofundam a experiência pedagógica e a preparação profissional do pessoal no setor.

Os obstáculos enfrentados nesse processo foram muitos: busca de local adequado para funcionamento das creches; precariedade urbana dos bairros onde se instalavam; exigências para registro legal de funcionamento; incerteza da sobrevivência, pois a obtenção de recursos para manutenção física da creche, alimentação das crianças e realização das atividades exigiam pressões e reivindicações constantes junto aos órgãos públicos, bem como inúmeros deslocamentos a reuniões em busca de informações sobre convênios; instabilidade de pessoal e sobrecarga de trabalho, além de problemas de ordem jurídico-trabalhista com os funcionários e voluntários; demanda crescente por vagas; solicitação de todo tipo de ajuda por parte das famílias em razão da carência em que vivem.

As pioneiras das creches comunitárias foram profundamente marcadas pela intensidade dos esforços exigidos, solicitação incessante das mesmas pessoas, críticas e oposição encontradas na própria família, consciência de terem criado experiências que ultrapassavam seus recursos e que elas não poderiam facilmente abandonar. A fadiga, a incerteza e a experiência adquirida andavam sempre juntas. As participantes do Movimento viviam dúvidas, hesitações e, sobretudo, o sentimento de tatear sem saber aonde as levariam as experiências que elas próprias desenhearam:

*Se a gente não tiver uma luta muito grande dentro de si mesma, receber o apoio da família, da comunidade e dos companheiros que trabalham com a gente, não consegue fazer nada. Mas a gente tem que lutar muito para conseguir este apoio de todo mundo. É muito difícil. Mas nunca me arrependi nem um minuto da minha vida. (Braz, 1985)*

O questionamento incessante sobre o significado e a legitimidade de seus esforços se fazia mais claramente nos primeiros anos do Movimento. Com a aquisição de experiência prática e a consolidação do Movimento e sua institucionalização, os discursos se tornaram mais construídos e menos confessionais. Os atores passaram a falar mais objetivamente de seus interesses e de seus adversários, sem se demorar nas suas inquietações pessoais. Os dirigentes com frequência passaram a ter um discurso preestabelecido, destinado a um público externo ao Movimento. Quanto mais avança a experiência, menos as mulheres responsáveis pelas creches falam de seu engajamento pessoal e cada vez mais frequentemente fazem o discurso do coletivo:

*Acho que quando as instituições públicas nos respeitam, quando elas respondem a nossas reivindicações é porque reconhecem que fazemos o trabalho que é delas. Porque manter uma creche não é trabalho para comunidade. Criar uma creche e*

*mantê-la é da responsabilidade do Estado, da prefeitura e das empresas. Quando pegamos uma parte não é para fazê-la sozinhos porque as comunidades já lutam pela sobrevivência. (Citado por Andrade, 1987)*

Hoje as creches comunitárias fazem parte da cena social. Inicialmente elas eram soluções temporárias e precárias e acabaram se transformando em parte integrante dos projetos oficiais (sem, contudo, na maior parte dos casos, perderem a precariedade). O MLPC, até há alguns anos uma simples reunião de creches isoladas para a troca de experiências e informações, tornou-se interlocutor do poder público e referência para o atendimento à infância pobre na região. Esta afirmação não nos autoriza a ignorar os obstáculos e conflitos, além dos problemas enfrentados por grande número de creches, muitas das quais acabaram fechando suas portas. Não há dúvidas, porém, de que durante os anos 80 começou efetivamente a se constituir um campo de atendimento à infância de zero a seis anos. Pode-se afirmar que houve uma "reinvenção" do atendimento a esse segmento da população. Já não é mais possível falar da infância pobre no Brasil evocando unicamente a carência, os riscos de abandono e da delinquência; fala-se também de inserção e cidadania. As organizações populares, que sustentaram as experiências durante esses anos, tomando a seu encargo as ações diretas com as crianças, são um dos principais responsáveis por tal mudança.

Em 1988 existiam na região pré-escolas públicas e instituições privadas de caráter filantrópico atendendo às crianças e recebendo subvenções públicas. Porém a maior parte das crianças das camadas populares nessa faixa etária, a cargo de uma instituição, estava nas creches comunitárias. O Movimento de Luta por Creches afirma que naquele ano as 68 creches comunitárias a ele filiadas, em sete municípios da região metropolitana de Belo Horizonte, recebiam em torno de 6.500 crianças.

Vários programas dos governos federal, estadual e municipal se encontraram no terreno do atendimento à infância até seis anos, sem entretanto melhorá-lo. Eram em geral marcados pela conjuntura político-eleitoral e pelo clientelismo presente nas relações entre os poderes públicos e a população. As organizações populares (e portanto o MLPC) eram consideradas como parceiras na execução desses programas; entretanto sua criação, planejamento e controle estavam a cargo da burocracia dos organismos públicos.

O resultado dessas ações, realizadas com a participação da população, é o "tratamento pobre da pobreza" (Franco, 1990). A responsabilidade maior continua a cargo da população, mais precisamente do pequeno grupo de pessoas que se organizara em cada bairro para criar alternativas às dramáticas condições de vida. A transferência de dinheiro público aos grupos privados, através das subvenções às instituições para educação pré-escolar, uma forma de se ocupar indiretamente do campo social, continua sendo a prin-

cipal característica da política do governo brasileiro para a infância.

## A ORIGEM DAS CRECHES COMUNITÁRIAS

Respondendo a pressões, por um lado, e visando ampliar o atendimento às crianças pobres numa nova estratégia de ação, por outro, o poder público associou-se à experiência das creches comunitárias.

Nos relatos sobre sua fundação nos documentos produzidos pelo Movimento de Luta por Creches, a interpretação mais comum dada à gênese das experiências é a busca de uma solução para a guarda das crianças durante o período de trabalho de suas mães. Fala-se ainda da sensibilização diante da situação das crianças cujas mães se viram obrigadas a trabalhar fora. Uma relação imediata é com freqüência estabelecida entre necessidade (carência material), agravamento da crise econômica, aumento do desemprego masculino e saída das mulheres de casa (numa época em que elas encontravam mais facilmente trabalho em particular na economia informal), deixando as crianças sozinhas, fechadas em casa ou soltas na rua. Vejamos alguns relatos:

*Nós, mães moradoras nos bairros pobres das periferias, lutamos com dificuldade para melhorar nossas condições de vida. Precisamos trabalhar porque o salário de nossos maridos não é suficiente para viver. O leite, a alimentação, o aluguel, tudo fica cada dia mais caro. Como sair para o trabalho quando não temos aonde deixar nossos filhos? Quando estamos no trabalho não ficamos tranqüilas porque nossas crianças estão sozinhas em casa ou nas ruas. (MLPC, carta aos prefeitos de Belo Horizonte e de Contagem, março de 1981)*

*Quando começamos, fizemos uma pesquisa na região que era naquela época uma região de operários metalúrgicos e da construção civil. Hoje tudo mudou. Agora é uma região de desempregados e então as dificuldades aumentaram, a procura de creches ficou mais forte porque as famílias onde era o pai que trabalhava hoje é a mãe que deve sair para trabalhar. Ela precisa de um lugar onde deixar as crianças. (Testemunho apresentado no Primeiro Congresso das Creches Comunitárias, janeiro de 1984)*

Sem dúvida alguma o trabalho das mães fora de casa e a busca de alternativas para a guarda das crianças estão juntos. Durante muito tempo essa relação foi a única explicação pertinente para a existência da creche e marcou todos os outros aspectos do problema. Pretendemos mostrar, entretanto, que o que estava em questão não era apenas o trabalho feminino; tratava-se antes de tudo de uma atitude em face da pobreza crônica (acentuada pelo desemprego) na qual viviam essas famílias.

A grande maioria das creches comunitárias, em razão de suas precárias condições de funcionamento e da acentuada demanda, recebe efetivamente ape-

nas as crianças cujas mães trabalham. Essa é uma escolha difícil, pois a demanda é enorme, não sendo possível atender a todos. Quando é possível realocar os magros recursos, as creches recebem também crianças que não estão nessa situação. O trabalho feminino é, antes, o ponto a partir do qual é traçada a linha de demarcação entre as crianças que estão em situação de risco (agravada porque suas mães estão ausentes) e aquelas que estão em risco mesmo se suas mães não se ausentam de casa durante o dia para trabalhar.

*Começamos a inscrever as crianças. Mesmo as crianças cujas mães não trabalhavam mas que tinham necessidade nós pegamos na creche pelo menos para que elas viessem comer. (Coordenadora de creche comunitária)*

É constantemente mencionado que a creche surgiu como solução no momento em que as mulheres entraram em massa no mercado de trabalho. Há algum tempo as formas tradicionais para a guarda das crianças, tais como rede de parentesco e de vizinhança, haviam se enfraquecido ou não eram mais vistas como solução. Esse tipo de arranjo continua a existir, porém, ao observar as mudanças na estrutura geral das famílias brasileiras nas últimas décadas, nota-se que nem a família nuclear nem a família extensa tradicional são modelos únicos ou dominantes. As mudanças demográficas mais importantes foram o aumento da porcentagem de famílias monoparentais, de casais sem crianças e do número de famílias chefiadas por mulheres sozinhas (Goldani, 1990).

Dentre as mulheres fundadoras das creches comunitárias, muitas testemunham as dificuldades que elas próprias enfrentaram há alguns anos, como trabalhadoras, deixando suas crianças sozinhas em casa, numa época em que não existia nenhum tipo de equipamento coletivo para a guarda das crianças:

*Eu deixava as meninas maiores cuidando das menores e ia lavar roupa. Ia tudo bem. Um dia eu cheguei em casa de tarde e (...) quando cheguei no quarto e vi a menina, peguei-a no colo e saí correndo para o hospital. Já era tarde, ela tava fria, morta. (AACC, 1986)*

*(...) quando meus meninos eram pequenos, eles eram obrigados a ficar na rua ou trancados em casa para eu poder ir trabalhar. Achei então que uma creche ajudaria bastante na educação das crianças, dando tranqüilidade às mães para elas poderem trabalhar. (Citado por Vieira e Melo, 1987. p.62)*

Mulheres que há alguns anos saíam para o trabalho deixando em casa suas crianças, agora dedicam seu tempo às creches comunitárias. Seria falso afirmar que, porque não trabalham mais fora de casa, essas pioneiras têm todo o seu tempo livre e podem consagrá-lo completamente às creches. Ao contrário, num contexto de precariedade, a carga de trabalho feminino em casa continua importante. Se elas se ocupam das creches (ou se ocuparam no início), trata-se de uma opção que com freqüência provoca conflitos

em suas famílias quanto aos cuidados com suas próprias casas.

É importante notar que as fundadoras das creches muitas vezes começam seus relatos identificando-se com as mulheres moradoras do bairro que precisam sair para trabalhar e que não encontram soluções para a guarda das crianças. A identificação ultrapassa entretanto a dimensão do trabalho e toca outros aspectos da condição de mulher pobre:

*Então acho que a creche foi criada das dificuldades que a mulher tinha. Qual mulher? A mulher mais carente, que paga aluguel, que é sozinha, que tem um salário abaixo do salário mínimo, que trabalha em casa de família. Por isso nós pegamos menino só de mãe que é carente, que está passando mesmo necessidade. (Filgueiras, 1986. p.304)*

As pessoas que fundaram as creches comunitárias inserem-se em relações sociais definidas num momento preciso. Se a necessidade de creches existia em razão do aumento do trabalho feminino, não era contudo evidente encontrar pessoas prontas a investir esforços na criação de soluções coletivas. Não há dúvidas de que o trabalho feminino, numa situação econômica de mudança, motivou a criação de creches nos bairros populares. Mas este não era o único motivo, pois a necessidade existia há muito tempo e as experiências então criadas pretendiam atender somente uma pequena parte das crianças. O que permitiu aos grupos nos bairros passar da necessidade à iniciativa? A construção das creches comunitárias só foi possível pela conjunção de diversos fatores: o crescimento da participação feminina na população economicamente ativa; a crise econômica que piorou condições de vida já precárias; as mudanças demográficas e na estrutura das famílias; o aumento da sensibilidade em relação aos problemas da criança pobre e maltratada; as mudanças políticas em curso no país e particularmente a emergência de novas organizações populares.

## AS MULHERES NO TRABALHO

A participação das mulheres na População Economicamente Ativa no Brasil cresceu consideravelmente nas últimas décadas: de 1970 a 1985 a taxa de participação feminina na PEA passou de 20,9% a 33,5% (Filgueiras, 1988). Há três vezes mais mulheres no mercado de trabalho; seu número absoluto cresceu de seis para dezoito milhões. Em Minas Gerais, em 1985, 35,2% das mulheres acima de dez anos de idade participavam do mercado de trabalho.

O perfil da mulher que trabalha tornou-se mais complexo, acompanhando a diversificação da estrutura produtiva e das relações entre setores da economia, a aceleração da urbanização e as mudanças na composição das famílias. Pode-se afirmar que, mesmo se a maioria continua formada por mulheres jovens e solteiras, o número de casadas e com crianças aumentou bastante, o que constitui a principal novidade.

Houve uma alteração no leque de profissões, mas as mulheres continuam predominantemente nas atividades do setor terciário, onde, em 1985, se encontravam 75% das trabalhadoras brasileiras. Neste setor o maior grupo continua sendo o das empregadas domésticas.

Não é sem razão portanto que, evocando o contexto de surgimento das creches comunitárias, todos os atores se refiram a condições de vida particularmente duras. Por outro lado, justamente em razão do lugar secundário ocupado no mercado de trabalho regular, as mulheres foram menos atingidas pelo desemprego no início dos anos 80. Nos três primeiros anos da década, em vista do agravamento da situação econômica (redução de salários e alta do custo de vida), os salários mais baixos da escala caíram sensivelmente. Nesse período as mulheres brasileiras pobres ficaram mais pobres, devendo trabalhar mais. A maior parte delas encontra-se certamente nos grupos de renda mais frágeis: em 1985 na região metropolitana de Belo Horizonte elas eram 50% a receber até um salário mínimo. Além disso, a entrada maciça dessas mulheres no mercado de trabalho se fez sem que nada fosse previsto para apoiá-las na saída de casa. Sujeitas ao subemprego (às vezes mais compatível com a guarda das crianças) e sub-remuneradas, elas improvisam como podem para garantir a guarda dos filhos.

Outro aspecto importante é o número crescente de famílias chefiadas por mulheres (na região metropolitana de Belo Horizonte elas eram 25% das famílias em 1988), do qual uma parte significativa se encontra nas camadas mais pobres da população. Esse tipo de família é ainda mais vulnerável à pobreza, porque freqüentemente não conta com a presença de outro adulto que trabalhe e porque as mulheres têm ao seu encargo as crianças pequenas e a casa. Além disso, essas chefes de família trabalham em maior proporção no mercado informal, sem ter acesso aos direitos sociais. Não é raro que essas famílias tenham acesso limitado aos serviços de saúde e de educação; elas estão entre as que mais utilizam os serviços das organizações religiosas e de caridade e têm maior número de crianças que não freqüentam escolas porque trabalham ou têm responsabilidades em casa substituindo a mãe (Merrick, Schimink, 1983). Nesse contexto, sem dúvida, os problemas gerais da pobreza são agravados pela condição feminina.

Ao estabelecer relações entre o surgimento das creches comunitárias e o trabalho feminino, deve-se acrescentar que, se a participação das mulheres das camadas populares no mercado de trabalho aumentou, esse fenômeno foi mais importante nas classes médias. Trabalhar fora não era novidade para as mulheres das camadas de baixa renda. O trabalho, mais do que imperativo econômico que atingia a todos os níveis sociais em aspectos diferentes, nos setores médios tomou um significado particular de liberação da mulher de seu papel social tradicional. Esses setores, quer as mulheres trabalhassem ou não, estavam tam-

bém à procura de creches ou pré-escolas para seus filhos. Eles os encontrariam sobretudo na rede privada. Assim, o fenômeno "criança na creche" e na pré-escola tomou aos poucos uma dimensão social importante e ganhou outro tipo de legitimidade. Uma mudança cultural importante emergiu e a creche como equipamento social não era unicamente uma demanda das classes populares.

## O CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL

As creches — e as creches comunitárias em particular — foram criadas para responder a uma necessidade, de ordem econômica ou cultural. Se havia um problema, não havia porém resposta preestabelecida como solução única possível e objeto de um consenso social.

Estudos sobre a luta por creches em bairros populares na cidade de São Paulo indicam a convergência de vários fatores no surgimento de um movimento de luta por creches, ligados à Igreja Católica, sobretudo às CEBs e ao Movimento de Luta Contra a Carestia, ao Movimento Feminista e às lutas urbanas. Maria da Glória Gohn, ao analisar a origem, as etapas e os limites do movimento de luta por creches em São Paulo, indica que ele seria o reflexo de uma dimensão do conflito de classes, resultando de novas exigências da reprodução da força de trabalho e das condições gerais da produção capitalista. Para a autora, "a existência das creches cria as condições para a manutenção da atual acumulação, baseada na espoliação urbana, na medida em que ela libera a mulher para a venda da força de trabalho e garante a existência da futura mão-de-obra. Assim as creches desempenham um papel na atual etapa do capitalismo monopolista".

Essa interpretação elimina as experiências reais dos grupos, as relações entre os atores e a possibilidade de compreender o Movimento de Luta por Creche como um sujeito social. Uma outra abordagem se faz portanto necessária, a fim de compreender a criação ou a reinvenção das creches comunitárias como resultante do jogo de relações sociais e de conflitos entre os atores e como resposta para um conjunto de problemas. A partir das experiências dos atores pode-se indicar elementos para construir outra interpretação que dê maior ênfase às condutas e aos conflitos sociais na constituição de um campo social, em vez de enfatizar unicamente a dimensão do enfrentamento com o Estado.

Não se deve tampouco reduzir as causas do nascimento das creches à conjuntura política, mesmo colocando-se em evidência sua importância. No Brasil, no fim dos anos 70 o clima propiciava a organização popular: as lutas urbanas e sindicais ocupavam a cena política e, como foi mencionado, as primeiras creches comunitárias se misturavam a essas experiências. A hipótese segundo a qual as creches resultariam dessa mobilização, ou de que aí elas teriam

encontrado um terreno favorável, é válida, entretanto não se pode deduzir uma coisa da outra.

As creches pioneiras percorreram em cada bairro um longo caminho que lhes permitiu adquirir uma aprendizagem social e política, passando pelos grupos religiosos (da Sociedade de São Vicente de Paula às Comunidades Eclesiais de Base) e pelas associações de moradores (Filgueiras, 1986). Se essa foi apenas a história de um pequeno grupo em cada bairro, foi no entanto esse tipo de grupo que esteve na origem de várias creches comunitárias e que durante longos anos dirigiu as novas práticas. Por sua vez, as experiências adquiridas por algumas das pioneiras não impediram que essas mulheres se lançassem num empreendimento do qual não podiam prever nem a amplitude nem as dificuldades.

Ninguém poderia predizer, tendo em vista a natureza intrínseca de cada creche comunitária, que em certo momento estas se reuniriam em um movimento coletivo. Após a formação do Movimento, um grande número de creches foi criado pela sua influência e aquelas que estavam isoladas vieram a ele se juntar. Deve-se assinalar, finalmente, que desde o início dos anos 80 as instituições públicas — as administrações municipais em particular — também contribuíram de alguma forma para incitar à criação de creches comunitárias ao concederem subvenções para tais entidades.

## A CRECHE NA NEBULOSA DA POBREZA

As creches comunitárias acolhem com prioridade as crianças cujas mães trabalham. Segundo as estimativas, 70% das crianças assistidas estavam nessa situação em Belo Horizonte. Contudo, isso não se deve unicamente ao fato de que todas essas crianças ficam sozinhas. As creches comunitárias, podendo assistir apenas a uma pequena parte das crianças em cada bairro, estabelecem critérios para acolher sua clientela. Dentre as crianças, aquelas cujas mães trabalham são então consideradas como uma população mais exposta a riscos. Desde que tenham condições, as creches assistem também às crianças cujas mães estão em casa, mas que vivem num estado crônico de pobreza.

Nos primeiros tempos, as creches eram consideradas como alternativas temporárias, apenas mais tarde tomariam uma outra dimensão. Talvez aquela atitude se deva ao fato de a guarda e o cuidado com as crianças serem socialmente pouco valorizados como trabalho (porque relacionados a uma "natureza feminina"). Para as mulheres que fundaram as creches, tal atividade era, a princípio, uma forma de intervir nas condições de vida precárias. A pressão crescente exercida sobre essas mulheres não permite crer que seu papel tenha sido fácil.

Durante longo tempo as creches foram apenas a parte visível de um iceberg, quando outras necessi-

dades a elas se associavam no conjunto das carências: alimentação, equipamentos e serviços urbanos, saúde, educação, trabalho. Os relatos se referem a essas dificuldades como elementos que justificaram a criação das creches comunitárias. Por exemplo, no Primeiro Congresso das Creches Comunitárias, realizado em 1985, uma das principais reivindicações era a criação de empregos: "precisamos é de trabalho". Aliás, será apenas em 1985-86 que os documentos produzidos pelo MLPC tratarão das creches de forma mais específica no complexo universo popular.

Uma vez criadas, as creches se tornaram alvo de todas as demandas da população dos bairros onde se instalaram. Neste sentido, a creche comunitária não é apenas um equipamento ligado à infância, ela está no centro da melhoria das condições de vida das famílias nesses locais. Em certos casos foi a partir da creche que outros serviços se instalaram no bairro; em outros, elas eram consideradas como referência para instalação de equipamentos públicos ou de projetos de intervenção social (a distribuição de alimentos ou a instalação de programas de saúde, por exemplo).

Durante os últimos anos da década de 80 desenvolveu-se também nos meios populares um fato novo: a formulação nítida de que todas as crianças com idade até seis anos, independentemente da situação dos pais, têm direito ao equipamento de assistência e educação. É difícil indicar o momento preciso a partir do qual, ao fazerem o relato sobre suas origens, os membros das creches e do MLPC passaram a colocar a ênfase na educação. Essa preocupação existia de forma difusa desde o início, mas não possuía a amplitude que adquiriria posteriormente. De todo modo, desde o início, a creche representou uma possibilidade de intervenção da população (e das mulheres em particular) na mudança de suas condições de vida. Dentre as participantes do MLPC, algumas lembram que foi a partir da presença nas creches e no Movimento que elas se interessaram em participar na luta por melhorias nas condições coletivas de vida.

As creches comunitárias se desenvolveram em um campo pouco institucionalizado. As propostas nesse setor oscilavam entre duas tendências: 1) definir de imediato a especificidade da creche e restringir o objetivo de suas atividades; 2) tratar as creches comunitárias como uma necessidade particular, inserindo-as constantemente nas condições globais de vida das camadas populares. Elas são então consideradas como parte de um todo e, enquanto elemento desse conjunto, são influenciadas pelas condições gerais.

A oscilação entre as duas tendências reflete a dificuldade em distinguir a instituição "creche" na nebulosa da pobreza urbana. Porém, enquanto não se define precisamente a sua identidade, ela não pode desempenhar um papel claro, sendo continuamente invadida pelo conjunto das carências sociais.

## QUAL DIREITO?

Como se constituiu a noção de direito à creche no contexto do Movimento de Luta por Creche e como os atores a exprimem? De qual direito se trata e quem é o seu titular? as mulheres, as crianças, as famílias, os pais trabalhadores ou os pais pobres em geral? As respostas a essas questões indicam qual a interpretação dada ao sentido das ações empreendidas pelo Movimento.

Desde as primeiras manifestações fala-se de um "direito" a ser conquistado ou respeitado, mas nem sempre exatamente em "direito à creche". Neste sentido, ao longo destes dez anos, houve efetivamente uma construção social dessa noção, o que ocorreu com um deslocamento do direito da mulher ao direito da criança (em um caso como noutro sendo incessantemente assinalado que se trata de membros das famílias de trabalhadores pobres).

As creches comunitárias davam inicialmente prioridade à guarda, à alimentação e à segurança das crianças durante o período de trabalho de suas mães. A fim de fazer valer o direito das mulheres ao trabalho, eram reivindicadas dos poderes públicos a instalação de creches diretas e a manutenção das creches criadas pela população. Fazia-se também incessantemente referência ao desrespeito, pelas empresas, da lei de 1942 que obrigava à criação de salas de aleitamento quando havia mais de trinta mulheres empregadas. Denunciava-se a negligência do Estado que jamais obrigou as empresas a respeitarem a lei. É preciso reconhecer que foi muito importante a difusão entre as mulheres dos aspectos dessa lei, apesar de seus limites em face das necessidades das trabalhadoras.

*Os órgãos públicos têm que nos respeitar mais, porque estamos fazendo um trabalho que é deles. Muitos falam pra gente agüentar, já que fomos nós que inventamos isso de creche. E não é bem assim, né? Tem lá a lei garantindo a creche pras mães que trabalham. Mas está só no papel... (Braz, 1985)*

Pouco a pouco foram sendo tratados outros ângulos do problema. Uma nuance apareceu: não se fala mais unicamente de crianças cujas mães trabalham mas também de crianças cujos pais têm renda muito baixa. A ênfase é colocada sobre a condição social, mais do que sobre o fato de a mãe não estar em casa. A princípio esse tipo de formulação pode ser encontrado mais facilmente nos textos produzidos pelos grupos políticos e associações de apoio às creches, ou com a sua ajuda, assim como a afirmação de que a creche é um direito das crianças e uma obrigação do Estado:

*A creche é um direito da criança, não é um direito dos pais que trabalham, como não o são os direitos da criança à educação e à saúde. É um direito da criança, do cidadão criança. (Coordenadora da Associação de Apoio a Creches Comunitárias "Casinha da Vovó")*

*As creches se constituem num direito da criança, um direito e uma opção dos pais trabalhadores e um dever do Estado. (Carta de Princípios do 2º Congresso de Creches Comunitárias de Minas Gerais, outubro de 1988)*

A reivindicação está também claramente ligada à denúncia dos poderes públicos que impõem impostos à população mas não se engajam em redistribuí-los em forma de serviços e equipamentos.

*Não pedimos nenhum favor, temos o direito a creche porque somos trabalhadores e pagamos todos os impostos. (Carta do MLPC ao governador do Estado de Minas Gerais, maio de 1982)*

Na maior parte dos casos a referência à educação aparecia de forma secundária e imprecisa:

*Quando criamos a creche a gente achava que seria um depósito de crianças, só para dar alimentação e tomar conta. Ninguém pensava nessa história de educação. (Coordenadoria de creche)*

Entre os participantes mais militantes do MLPC há um discurso mais elaborado sobre o direito. Porém, entre aquelas pessoas que estão mais implicadas na prática cotidiana das creches do que à frente do Movimento, a elaboração é mais rara. O debate em torno da Assembléia Constituinte contribuiu muito para fazer levar à população (pelo menos a parte organizada nos grupos e nas associações) a discussão sobre os direitos sociais, as leis existentes e as que então estavam sendo propostas.

Ocorreu uma importante mudança na definição do direito à creche como um direito da criança e não apenas da mulher que trabalha. Essa mudança na interpretação do sentido da ação é importante. Os elementos indicados — o trabalho da mulher, o recebimento de baixos salários e as condições de vida — não se alteraram substancialmente ao longo do período analisado, ao contrário, continuam a suscitar problemas. Entretanto, a cadeia de explicações foi articulada de maneira diferente pelos atores:

*...[Reivindicamos] a creche para que as crianças possam ficar, ser alimentadas, possam desenvolver suas capacidades intelectuais e que as mães possam trabalhar, melhorando assim as condições de vida da família. (Coordenadora de creche)*

A ênfase foi pouco a pouco recaindo sobre o direito à educação e sobre o aspecto pedagógico das experiências. Além disso, aumentaram os conhecimentos a respeito das necessidades físicas e psicossociais das crianças, aprendidos dos profissionais da educação, que vinham, cada vez mais numerosos, apoiar as creches e o MLPC.

O problema dos “meninos de rua” também passou a ser mencionado:

*A creche é um apoio às mães pois elas precisam trabalhar com tranquilidade (...) Além disso, para a criança ela é uma ajuda em termos de formação, de educação, de alimentação e de saúde. Ela é a prevenção contra marginalidade porque tiramos as crianças das ruas. (Extraído do relatório do encon-*

tro das creches comunitárias filiadas ao MLPC, 22/6/1985)

O esforço das creches para se identificarem com a escola é ambíguo, justamente porque elas se qualificam como “alternativas” e como “comunitárias” e porque são estimuladas por profissionais muito críticos em relação à instituição escolar. Nesse sentido, a relação com a população tornou-se também ambígua: a creche estimula as famílias a lutarem pelo direito da criança à educação, porém logo se lamenta que essas famílias jamais se engajem e que venham à creche com a mesma atitude desconfiada que têm em relação à escola pública:

*... percebemos que as creches têm tendência a se institucionalizar, cristalizando-se numa imagem de escola, perdendo assim o caráter dinâmico de movimento popular. Esta imagem de escola surge nas demandas dos pais de alfabetizarem seus filhos, na relação distanciada das creches com a comunidade, com críticas e conflitos de ambos os lados, desinformação sobre o processo educativo em curso e até sobre as fontes dos recursos que mantêm as creches. (Arroyo e Dayrell, 1986)*

A creche é finalmente reivindicada como “direito à educação, saúde e lazer das crianças (...) e que elas sejam respeitadas enquanto crianças” (Carta de Princípios do 2º Congresso das Creches Comunitárias). A articulação imediata entre o problema da educação das crianças até seis anos e aquele dos direitos da mulher que trabalha e das famílias em estado de carência foi ultrapassada. Este é considerado um grande passo, pois conceber a creche como um direito das mulheres ou da família em estado de carência pode levar à negligência quanto à qualidade do equipamento e às necessidades reais das crianças (Campos, 1989).

Do ponto de vista do MLPC e das creches comunitárias, entretanto, ao tornar-se mais precisa a reivindicação de direito, corre-se o risco de que “se falarmos muito em direito, a população acreditará que pode cruzar os braços porque pensa que tudo está feito”. Teme-se que a mobilização popular, as reivindicações e as pressões possam enfraquecer-se e, isso se dando, levar a crer que tudo está conquistado ou que é necessário apenas ter dirigentes políticos que respeitem as leis.

Deve-se ainda mencionar a relação da demanda por creche com a luta trabalhista. Uma das mais importantes reivindicações das creches comunitárias filiadas ao MLPC diz respeito à necessidade de responsabilizar os poderes públicos pela remuneração e legalização da situação das pessoas que nelas trabalham. Se nos limitarmos a ler os documentos do MLPC e as solicitações feitas às prefeituras e às instituições públicas, poderíamos ser levados a concluir que a reivindicação “direito ao trabalho do pessoal das creches” tem dimensão mais importante do que a reivindicação do “direito à creche”. Com efeito, toma-se bastante tempo e dispensa-se enorme energia para denunciar que enquanto as instituições públicas fazem grande publicidade de seus programas

destinados à infância, as creches comunitárias a elas conveniadas funcionam apenas porque há pessoas sendo exploradas e sub-remuneradas. Reivindica-se que os poderes públicos criem creches diretas, contratando as funcionárias, ou então que paguem corretamente o pessoal das creches comunitárias mesmo que seja de forma indireta através dos convênios.

Por influência dos profissionais da educação, por vezes a defesa aparece em nome do direito dos trabalhadores do setor, que devem ser qualificados para desenvolver ações de formação das crianças.

*Não queremos que a atenção dada às crianças seja só material. Além disso é preciso preocupar-se com a educação global inclusive nos aspectos psicossociais. Torna-se necessário ter um pessoal mais qualificado, o que só é possível com remuneração digna e garantias legais.* (Extraído de demanda de convênio apresentada pelo MLPC à prefeitura de Contagem)

Reivindica-se um contrato formal de trabalho dando direito à proteção social. Porém quem deverá assinar o contrato como empregador? Quem será o patrão: os poderes públicos, o Movimento, as creches comunitárias? Essa definição não pode ser encontrada nas reivindicações, pois não é objeto de consenso, permanecendo um dos aspectos cuja discussão parece estar ainda longe de terminar.

Mostramos que uma necessidade emergiu e encontrou uma resposta nos meios populares. A creche foi reinventada a partir das relações entre diferentes atores sociais: o Movimento de Luta por Creches, as associações de apoio e os poderes públicos, além de outros, que podemos aqui apenas mencionar e que tiveram em certos momentos influência importante: grupos feministas, organizações não-governamentais, padres e agentes de pastoral. Quanto aos grupos populares, a mobilização só foi possível porque houve previamente uma interpretação de suas condições, mesmo que esta atribuição de sentido, parte essencial da ação, não tenha sido unívoca.

## A PASSIVIDADE DOS USUÁRIOS

Há sempre um pequeno grupo de habitantes na origem de cada creche de bairro. Eles puderam contar com algum tipo de ajuda da população para a construção do prédio e com sua participação nas festas destinadas a recolher dinheiro. Em certos casos uma associação feminina ou um grupo de mães organizavam atividades de suporte e se revezavam nas tarefas cotidianas.

É tempo de perguntar até que ponto os esforços do Movimento de Luta por Creche — e das responsáveis pelas creches comunitárias em particular — atingem as famílias das crianças que nelas são atendidas. Em que medida essas famílias são simples usuárias ou são também atores no processo? Elas são evidentemente atingidas no plano material, pois beneficiam-se de todas as conquistas. Sua participa-

ção entretanto é irregular, engajam-se apenas em atividades pontuais: no bairro, as mães das crianças participam nas reuniões mensais com a direção da creche, onde recebem informações e lhes são apresentadas demandas. A maior parte das creches exige uma contribuição financeira, destinada à gratificação do pessoal, e uma ajuda em trabalho para a faxina do prédio. As duas coisas, o dinheiro e o trabalho, são constantemente fonte de conflitos e de críticas entre a direção e as mães. Fora do bairro, por vezes as mães estão presentes em algumas atividades do MLPC, numa manifestação de rua ou numa reunião ampliada — porém raras são aquelas que têm maior experiência de participação.

As famílias — na realidade as mães, por serem elas que com freqüência se ocupam do contato com a creche, ou porque há grande número de mães solteiras — constituem, dentre os atores nesse campo social, certamente aquele que é menos conhecido. São comuns as queixas dos responsáveis pelas creches e pelo MLPC quanto à dificuldade de reunir as mães e de obter sua adesão às atividades reivindicativas e políticas:

*“as mães nunca têm tempo, tudo o que querem é um lugar onde deixar a criança”,*

*“algumas acham que a creche pertence ao governo, outras pensam que estamos aqui apenas para organizar o trabalho, que não tivemos que fazer trabalho de reivindicação (...) Muitas não acreditam que eu saio da minha casa para vir me ocupar de uma creche sem pagar nada”.*

Sem dúvida as mães conhecem muito pouco do trabalho do MLPC no plano reivindicativo que ultrapassa o bairro, isto é, as solicitações feitas aos poderes públicos e as exigências que estes têm para com as creches. Aquelas que têm contato com a creche pela primeira vez em geral desconhecem a origem comunitária da creche e a real fonte dos recursos que permitem a sua manutenção. Dois depoimentos de coordenadoras de creches dão algumas indicações a respeito:

*A maior parte das mães são sozinhas, solteiras ou têm marido que bebe, é doente, está desempregado ou é aposentado. Algumas trabalham na limpeza de ruas na cidade, outras trabalham como empregadas, outras em restaurantes ou como faxineiras (...) Algumas, quando começam a trabalhar, esperam durante três meses um lugar na creche e às vezes precisam deixar o emprego porque a creche não pode receber suas crianças (...) Elas trazem as crianças muito cedo de manhã, às vezes nós nem as vemos e à tarde elas não vêm buscar porque ainda estão trabalhando e mandam um filho mais velho ou a vizinha, ou até mesmo a filha da vizinha. O contato que temos com elas é nas reuniões a cada dois meses. Às vezes passamos vários meses sem ver certas mães. Nos ocupamos do filho durante todo o dia mas não vemos nunca a mãe (...) No início, quando a mãe inscreve o filho na creche, ela acredita que é só um lugar onde deixar a criança para ser olhada enquanto ela trabalha. Quando*

*chega, sem mesmo conhecer o projeto da creche, só quer deixar a criança porque a necessidade é tão grande que ela não quer perguntar muito (...) Pouco a pouco isso muda, elas não vão mais às reuniões com desconfiança e só para escutar, mas participam, começam a saber de onde vêm os convênios (...) É muito difícil conhecer os direitos. Se já é difícil para nós que estamos todo dia na creche entender, acho que para uma mãe que durante todo o dia está sozinha trabalhando na cozinha da casa do patrão é ainda mais difícil. (Coordenadora de creche e membro da direção do MLPC)*

*O movimento encontra grande dificuldade em reunir e ter a participação das mães na creche (...) ter a mulher na reunião para um trabalho. Mas isso não a isenta da responsabilidade de mãe e mulher. Além disso, o próprio pessoal das creches não tem estímulos para levar um trabalho com essas mães. A gente está levando uma luta que não é nossa, já que elas são mães das crianças que estamos defendendo lá fora... (Citado por Miranda et al., 1985. p.175).*

Ainda que levem em conta sua proximidade social e se identifiquem com as mães das crianças, as responsáveis pelas creches comunitárias muitas vezes referem-se a elas como o "outro", aquele de quem se fala, que sofre as ações e decisões e que se beneficia dos recursos obtidos. Por fim, deve-se assinalar que a população usuária das creches constitui-se mais diretamente em clientela das organizações populares do que dos poderes públicos e de suas políticas sociais.

## **AS ASSOCIAÇÕES DE APOIO ÀS CRECHES COMUNITÁRIAS**

A história do MLPC articula-se com a história de outros grupos e lutas populares, e nesse cruzamento é possível compreender sua riqueza. Diversos agentes de apoio às organizações populares influenciaram suas orientações, dos discursos de seus dirigentes às práticas de seus participantes. Entretanto, na maior parte dos casos, esses agentes permanecem pouco conhecidos.

Não é objetivo deste texto tratar da história de cada uma dessas instituições nem fazer análise prolongada de sua participação, mas indicar brevemente as características das associações de apoio às creches comunitárias a fim de colocar em evidência o papel e a influência de militantes e de profissionais nas orientações culturais e políticas do MLPC.

A Associação de Apoio a Creches Comunitárias "Casinha da Vovó" — AACC — parceira, desde o início, da luta por creches em Belo Horizonte, foi fundada no final dos anos 70 por mulheres que participaram da luta pela anistia dos presos políticos e exilados. Sua atuação é sobretudo de assessoria na organização e estruturação das creches e do Movimento, de acompanhamento e esclarecimentos no relacionamento com os órgãos públicos e de incentivo às lutas e reivindicações mais gerais. A Associação

Movimento de Educação Integral Paulo Englert — AMEPPE, criada em 1985, propõe-se, por sua vez, a assessorar em particular o trabalho pedagógico nas creches e a qualificação do seu pessoal. Essa associação contribuiu sobretudo para reorientar as discussões sobre as creches para o direito à educação.

No final dos anos 70, alguns grupos políticos de esquerda investiram seus esforços nas creches comunitárias a fim de influenciá-las e de transformá-las em ponto de contato com as camadas populares. Além deles, alguns grupos feministas também estiveram presentes na origem de várias experiências. Diferentes elementos contribuíram para que esse contato não fosse politicamente tão produtivo quanto o esperado, dentre eles: o excesso de trabalho dentro das creches, os esforços para a sobrevivência e o fato de as creches atingirem sobretudo mães e crianças e não setores mais organizados da população. Além disso, logo ocorreram importantes transformações políticas no país, com a progressiva abertura democrática e o surgimento de outros espaços de atuação política (notadamente os partidos). Por tais razões, a maior parte dos grupos políticos acabou por abandonar o trabalho no âmbito das creches e dos bairros. Mais tarde, em meados dos anos 80, foram os grupos de profissionais da educação, à procura de práticas alternativas, que se aproximaram das creches comunitárias.

As associações de apoio escolheram trabalhar junto às creches comunitárias porque lhes atribuem um papel de transformação social. Diversas noções a respeito dessas entidades e do Movimento estão presentes nas suas propostas:

— as creches comunitárias e o Movimento de Luta por Creche são considerados como expressão do potencial de criação, de organização e de resistência das classes populares;

— eles constituiriam para os grupos populares um espaço de aprendizagem da gestão de equipamentos coletivos, de exercício da democracia e da autonomia em face do poder público. Muitas lideranças das classes populares poderiam formar-se nesse contexto, em particular as mulheres, já que elas têm menores oportunidades de participação política em instituições mais tradicionais como sindicatos e partidos;

— as creches comunitárias são vistas como um instrumento importante da luta da população pelo melhoramento de suas condições de vida; elas tocam muitos aspectos essenciais e exigem uma longa e cotidiana prática que pode terminar se traduzindo em experiência social e política.

Os elementos mencionados foram freqüentemente citados para justificar a ação das associações junto às creches comunitárias. Após alguns anos de relacionamento entre grupos de apoio e Movimento, diversos conflitos emergiram. Finda a fase do elogio à origem comunitária e ao caráter inovador das creches, as associações passaram a lamentar sua institucionalização. Critica-se cada vez mais a perda do comunitário e a transformação de cada creche em uma sorte de microempresa. Lamenta-se ainda a cristalização do

poder e a formação de um grupo gestor que se considera "proprietário" ou "patrão" em cada creche. Tais aspectos não foram, no entanto, suficientes para afastar as associações de apoio das creches e do MLPC, ao contrário, incitaram-nas a questionar o tipo de suporte que fornecem.

## **AMBIGÜIDADE E PARADOXOS DA LUTA POR CRECHES**

Há um certo número de ambigüidades nas atividades e nas reivindicações do Movimento de Luta por Creches junto ao poder público:

1 - O Movimento reivindica a instalação de creches públicas nos bairros e de creches nas empresas para os filhos de seus assalariados. Ao mesmo tempo, reivindica o apoio público às creches comunitárias já existentes. Pode-se notar que há aí tanto o reconhecimento da complexidade de situações possíveis nesse campo quanto uma imprecisão do objetivo pelo qual é preciso lutar;

2 - Ao mesmo tempo em que há uma demanda de recursos públicos para o financiamento das instituições públicas, pode-se encontrar, em certos documentos produzidos pelo MLPC, reivindicações de subvenções para as creches comunitárias, sob a justificativa de que estas últimas seriam "mais eficazes e mais baratas do que as creches públicas". A fronteira entre o que pertence aos grupos populares ou ao Estado não é clara. Entretanto, as creches comunitárias, que mobilizaram recursos humanos e materiais da população dos bairros, não teriam chegado ao ponto em que agora se encontram (ainda que sempre precárias, repletas e mal equipadas) se não tivessem podido contar com as subvenções públicas e com o apoio financeiro de grupos privados (Igreja, associações no exterior e outras);

3 - Há uma demanda de controle popular sobre as políticas públicas, entendido como a gestão pela comunidade do equipamento instalado e mantido pelo Estado. Várias creches criadas e geridas pelos grupos populares conhecem contudo problemas, tais como a gestão incorreta do dinheiro obtido, que ocorrem frequentemente em razão da falta de competências específicas. Ocorrem desvios de verbas, além da frágil mobilização da população, fazendo com que cada creche fique de fato nas mãos de um grupo restrito de pessoas. Além disso, conflitos pessoais entre os dirigentes e os participantes trazem por vezes sérias dificuldades para as creches;

4 - A proposta de controle popular das políticas para a infância de zero a seis anos com frequência não passa pela solicitação de participação nas instâncias mais gerais de controle democrático. Essas instâncias são ainda mal compreendidas ou vistas com desconfiança pela maior parte dos participantes do Movimento;

5 - As creches comunitárias e o MLPC vivem fortes contradições como mediadores entre a população

e os poderes públicos. Por um lado, tentam aumentar a consciência dos beneficiários sobre seus direitos; por outro, engajando-se na execução de programas das instituições públicas, são absorvidos pelos problemas dessas instituições e pela ausência de uma verdadeira política social para a infância;

6 - Uma das principais preocupações do MLPC é manter sua autonomia e afastar o risco de clientelismo e do uso político de suas conquistas. Contudo, a incorporação das creches comunitárias e de seu pessoal pelos poderes públicos está em questão. Por parte dos grupos populares, há uma ferrenha defesa de suas iniciativas quando se trata de enfrentar o risco da subordinação ao Estado. No caso das creches, os participantes se encontram diante de um dilema que não foi, até o final do período analisado, tratado de frente: exigir a criação de uma política de creches geridas pelo Estado, ou defender a manutenção das creches comunitárias e o controle pela população dos equipamentos por ela criados.

Houve, no campo das políticas e das demandas sociais, incorporação pelos poderes públicos das experiências criadas pelos grupos populares com as creches comunitárias. Suas demandas encontraram pouco a pouco uma certa legitimidade, sem que porém isso provocasse uma transformação do quadro geral. As orientações dadas às demandas e as respostas obtidas sofreram mudanças significativas durante o período em questão. Por outro lado, é evidente que há uma oposição importante entre as proposições dos organismos públicos e aquelas do Movimento; a orientação do primeiro consistindo em deixar à iniciativa dos grupos populares as tarefas mais difíceis da política de atendimento à infância.

Pode-se afirmar também que houve um arranjo entre as dimensões de assistência e do direito e cidadania. O MLPC luta pelo reconhecimento pelos poderes públicos de suas obrigações em relação à população infantil. Ele critica fortemente a assistência, fazendo, porém, uso do que é proposto nessa linha (os programas da LBA e os programas de distribuição de alimentos são os melhores exemplos). Pode-se afirmar que o MLPC pretende transformar a assistência mas considera que, tendo em vista a precariedade na qual vive a maioria da população, é preciso manter os dois tipos de estratégias.

Deixando de ser um "mal necessário" para se transformar em "direito social", a creche se instalou na cena social. De um "assunto de mulheres", ela se transformou em equipamento central para melhorar as condições de vida das camadas populares. A invenção das creches comunitárias introduziu uma importante mudança na história da instituição "creche". No momento de criação nos bairros das primeiras experiências comunitárias, em completa improvisação, os atores, sobrecarregados com as dificuldades, não imaginavam que suas iniciativas poderiam tomar tal amplitude. Elas partiram de práticas imediatas e cotidianas para chegar a questões essenciais na definição do campo das políticas sociais, tais como o financiamento e a legislação.

O significado atribuído à ação passou de uma reivindicação relativa ao trabalho das mães à reivindicação do direito à educação e à proteção para as crianças. A passagem do social ao político, se ocorreu, não foi contudo completamente estabelecida, como indicam as vacilações do Movimento de Luta por Creche e seu receio de cair em armadilhas. A passagem do "comunitário" ao político e ao institucional é ainda vista como um risco de exclusão, além do receio de que a institucionalização escape ao seu controle. Há o receio de que os habitantes dos bairros pobres e o Movimento tornem-se estrangeiros às creches que eles próprios criaram e controlaram até agora.

Algumas condições foram necessárias para a criação de um movimento social e a passagem das reivindicações ao nível do político e do direito social: a luta por creches conseguiu mobilizar agentes pre-

cisos, constituir-se como grupo de pressão, articular o apoio de diferentes setores sociais e profissionais, abrir canais de expressão. A partir do momento em que o objetivo do Movimento ficou claramente definido — a educação e o atendimento à infância de zero a seis anos —, o nível institucional das ações também se fortaleceu.

Houve incontestável aprendizagem dos atores populares, revelada pela passagem das necessidades imediatas ao problema da legislação e do financiamento das políticas sociais em cada setor. Mulheres que há uma década tinham dificuldades em compreender a origem das raras ajudas financeiras que chegavam à creche, hoje discutem temas como a formação dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente e fazem reivindicações precisas sobre a aplicação do dinheiro público.

---

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- AACC, Associação de Apoio a Creches Comunitárias. Três mulheres, três histórias, uma luta. Belo Horizonte, 1986.
- ANDRADE, Hilda F. *Relações Estado/classes populares: política social versus creche comunitária e movimento de luta pró-creche*. Belo Horizonte: PUC-MG, 1987. mimeo.
- ARROYO, Miguel, DAYRELL, Juarez. Creche comunitária: reflexões sobre uma pedagogia popular. *Revista de Educação da AEC do Brasil*, n.61, p.31-80, jul/set. 1986.
- BRAZ, Eva Joana. Entrevista. *Itinerário*, Belo Horizonte, n.3, p.13-4, mar. 1985.
- CAMPOS, Maria M.M. et al. *A Constituição de 1988 e a educação de crianças pequenas*. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1989.
- DIAS, Regina, FARIA FILHO, Luciano. *Que creche é esta? A realidade das creches comunitárias na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: AMEPPE, 1990.
- FILGUEIRAS, Cristina. *As mulheres na força de trabalho em Minas Gerais: 1970-1985*. Belo Horizonte, 1988. mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Práticas educativas no movimento popular: a experiência das mulheres do bairro Industrial*. Belo Horizonte, 1986. Dissert. (mestr.) FAE/UFMG.
- FRANCO, Maria Aparecida. Lidando pobremente com a pobreza: análise de uma tendência no atendimento a crianças "carentes" de 0 a 6 anos de idade. In: ROSEMBERG, Fúlvia (org.). *Creches*. São Paulo: Cortez, 1990.
- GOLDANI, Ana Maria. Evolution de la famille et demande de politiques publiques au Brésil. *Revue Internationale des sciences sociales*, n.126, p.579-94, nov. 1990.
- MERRICK, Thomas, SCHIMINK, Marianne. Household by women and urban poverty in Brazil. In: BUVINIC, Mayra (ed.) *Women and poverty in the Third World*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1983.
- MIRANDA, Glaura et al. Movimentos de mulheres. In: POMPERMAYER, M. (org.). *Movimentos sociais em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1985.
- SENA, Maria das Graças de C. *A educação das crianças: representações de pais e mães das camadas populares*. São Paulo, 1991. Dissert. (mestr.) Instituto de Psicologia/USP.
- VIEIRA, Livia. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). *Cadernos de Pesquisa*, n.7, p.3-16, nov. 1988.
- VIEIRA, Livia, MELO, Regina L. A creche comunitária "Casinha da Vovó": prática de manutenção/prática de educação. *Cadernos de Pesquisa*, n.62, p.60-78, ago. 1987.
-